

Artigos Originais

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O CONTEXTO SOCIAL

Original Articles

EDUCATIONAL POLICIES AND THE SOCIAL CONTEXT

Tatiana Machiavelli Carmo Souza*

<http://lattes.cnpq.br/3120018580121934>

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira**

<http://lattes.cnpq.br/0751155377760945>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)    

RESUMO: A educação configura-se como uma dimensão básica e necessária da vida individual e coletiva, uma vez que ao assimilar e reproduzir um dado modo de existir, o ser humano concretiza uma visão de homem/mundo. Espera-se que, por meio da educação, o ser humano desenvolva condições pessoais para engajar-se ao grupo que pertence, isto é, esteja preparado para a participação na vida social e no trabalho. Entretanto, a lógica capitalista impulsiona a dinâmica de exploração do ser humano. O reflexo do contexto neoliberal incide diretamente nas políticas educacionais e, conseqüentemente, nos tipos de indivíduos que estão sendo formados nas salas de aula. A atuação do Banco Mundial ganha significação quando avalia-se as configurações do atual panorama educacional brasileiro, uma vez que percebe-se como os apontamentos do banco se materializam nas instituições educacionais. Mais do que assistir o setor educacional brasileiro, por meio de cooperação técnica e financeira, o Banco Mundial, nas últimas décadas, passou a elaborar políticas para a educação. É na relação entre conhecimento e capital que o Banco Mundial se impõe, determinando as diretrizes ao sistema educacional, em especial no contexto brasileiro. Essas determinações se fazem necessárias a fim de manter o sistema capitalista e a exploração do trabalho humano. Os argumentos utilizados pelo banco se justificam no desenvolvimento de estratégias para o alívio da pobreza e promoção de níveis de vida

* Doutoranda em Serviço Social pela Unesp/Franca (2009), mestre pela mesma universidade e especialista em Psicopedagogia (2007). Apresenta experiência profissional em Psicologia Educacional e Clínica, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento infantil, processos de aprendizagem, educação, escola, formação profissional, orientação profissional, subjetividade e trabalho socioeducativo.

** Docente da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP/Franca – Brasil. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Formação Profissional.

mais humanos. Dessa forma, a educação não deve nortear-se pela lógica mercantil, sendo instrumento de perpetuação, reprodução e manutenção do capitalismo; mas sim, mecanismo de possibilite o desenvolvimento e emancipação do homem.

Palavras-chave: política educacional. educação. neoliberalismo. capitalismo.

ABSTRACT: The education is configured as a necessary and basic dimension of the individual and collective life – in this sense, by assimilating and reproducing a certain way of being, the human being materializes a view of man and world. It is expected that, through the education, the human being develops personal conditions to the engagement to the group to which he belongs, that is, in a way that he is prepared for the participation in the work and social life. However, the capitalist logic stimulates the dynamics of exploration of the human being. The consequence of the neoliberal context influences directly in the educational policies and in the types of individuals that have been formed in the classrooms. Since it is perceived how the appointments of the World Bank have been materialized in the educational institutions, the performance of the Bank acquires meaning when it is evaluated the configurations of the current Brazilian educational panorama. More than assisting the Brazilian educational sector in the technical and financial cooperation, the World Bank in the last few decades has started elaborating policies for education. It is in the relation between knowledge and capital that the World Bank imposes itself, determining the lines of direction to the educational system, in special in the Brazilian context. These determinations are necessary in order to keep the capitalist system and the exploration of the human work. The arguments used for the bank justify in the development of strategies for the relief of the poverty and promotion of human levels of life. Of this form, the education does not have to be guided by the mercantile logic as an instrument of perpetuation, reproduction, and maintenance of the capitalism; but as a mechanism that makes possible the development and emancipation of man.

Keywords: educational politics. education. neoliberalism. capitalism.

Na história da sociedade, os agentes são homens dotados de consciência, que agem movidos pela reflexão ou a paixão, perseguindo determinados objetivos; nada acontece aí sem uma intenção consciente, sem um objetivo colimado.

Marx – Engels.

Na discussão aqui apresentada acerca das políticas educacionais, parte-se do pressuposto de que a educação é parte constitutiva do processo de transformação da sociedade que, através do trabalho, põe a relação entre homem e natureza. A

educação expressa o movimento dos indivíduos que constroem sua visão de mundo e podem alcançar uma compreensão de si, dos outros, da realidade, da cultura acumulada e da cultura no seu presente (CHAUÍ, 2003). Historicamente, ela se constituiu num direito do cidadão, portanto, deve ser universal.

Apreende-se a educação como processo que considera todos os aspectos do ser humano, bem como da realidade social na qual este se encontra inserido. A educação é processo que se desenvolve historicamente, num tempo dinâmico e num espaço que sofre transformações constantes. É por meio desse processo que determinado sujeito aprende a maneira de ser, pensar e agir do grupo que pertence. A educação configura-se como dimensão básica e necessária da vida individual e coletiva, já que ao assimilar e reproduzir dado modo de existir, o ser humano constrói sua visão de homem/mundo.

Conforme aponta Saviani (1983), a educação compreende uma heterogeneidade real e uma homogeneidade possível; uma desigualdade no ponto de partida e uma igualdade no ponto de chegada. Isto significava dizer que a educação tem papel transformador perante o ser humano, já que o processo educativo é passagem da desigualdade à igualdade.

Dessa forma, a educação deve ter como característica a preocupação com a formação do homem em sua plenitude, com a perspectiva de transformar a sociedade em benefício de seus membros. Espera-se que, por meio da educação, o ser humano desenvolva condições pessoais para engajar-se ao grupo que pertence, isto é, esteja preparado para a participação na vida social e no trabalho.

Um projeto educativo deve superar a concepção de educação própria do neoliberalismo, que se reduz à perspectiva do mercado de trabalho, e avançar decididamente na construção de identidades culturais, no desenvolvimento de filosofias humanistas integradoras de todos os homens e mulheres da terra, e no desenvolvimento de estruturas produtivas globais justas e sustentáveis (CARDELLI et al., 2003, p. 30).

A consolidação das políticas sociais, especialmente das políticas educacionais, tem ocorrido frente ao cenário político, econômico, social e cultural

incisivamente ditado pelo neoliberalismo¹. Diante da estrutura social marcada por significativos contrastes e precárias condições de vida da maior parte da população, depara-se com políticas educacionais que tem como foco o mercado de trabalho e o capital, deixando a margem as reais possibilidades de emancipação do homem.

O trabalho é o elo que propicia ao homem a efetivação de suas potencialidades desenvolvidas na e pela educação; é nesta relação que o homem tem possibilidades de ampliar a autoconsciência e autodeterminação; isso significa que o trabalho constitui-se numa atividade fundante para a libertação do homem.

A lógica capitalista, entretanto, impulsiona a dinâmica de exploração do ser humano. A ideologia² neoliberal incide diretamente nas políticas educacionais e, conseqüentemente, nos tipos de indivíduos que estão sendo formados nas salas de aula.

A escola, como filha dileta da modernidade, como arena ideológica do capitalismo, como receptora das políticas públicas “de cima para baixo” mostra, novamente, como lugar privilegiado para a intervenção crítica [...]. A educação pode ser encarada com uma política pública de corte social, o que a insere no espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas, que representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o “Estado em ação”. (OLIVEIRA et al., 2007, p. 5).

¹ O neoliberalismo surge como reação localizada ao Estado intervencionista e de bem-estar, com o intuito de fazer do mercado a única instância a partir da qual todos os problemas humanos podem ser resolvidos. Segundo Teixeira; Oliveira (1996, p. 195-196), na visão dos neoliberais “[...] o mercado é a única instituição capaz de coordenar racionalmente quaisquer problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica ou política. Daí a preocupação básica da teoria neoliberal em mostrar o mercado como um mecanismo insuperável para estruturar e coordenar as decisões de produção e investimento sociais. Conseqüentemente, mecanismo indispensável para solucionar os problemas de emprego e renda na sociedade.”

² A ideologia serve para legitimar a dominação econômica, social e política. O seu papel é criar na mente das pessoas uma idéia de que todo fenômeno que acontece no mundo é algo natural e que não existe uma razão lógica para isso. Por meio da ideologia, o ponto de vista, as opiniões e as idéias de uma das classes sociais - a dominante e dirigente - tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade. A produção ideológica da ilusão social tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas, justas, sem pretender transformá-las ou conhecê-las realmente, sem levar em conta que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivemos e as idéias.

Essas mudanças não atingem apenas a esfera econômica, social, política, cultural, mas também, a ideológica, já que o sistema capitalista se firma quando “mascara” e distorce a visão dos indivíduos com relação à maneira como efetivamente se dá as relações das forças de produção, apresentando como sendo natural algo que foi constituído sistematicamente.

As políticas sociais têm propiciado certo conformismo social, revelando que os princípios básicos de autonomia e emancipação que a educação deveria propiciar aos indivíduos não estão sendo realizados. O que se percebe, ao contrário, é intenso processo de alienação e subjugação do ser humano.

Dessa forma, a educação não pode nortear-se pela lógica mercantil, sendo instrumento de perpetuação, reprodução e manutenção do capitalismo; mas sim, mecanismo de possibilite o desenvolvimento e emancipação do homem.

Partindo desta compreensão, pode-se, então, apreender o cenário que se interpõe à realidade atual, ou seja, os apontamentos realizados pelo Banco Mundial, entre outros organismos internacionais, que incidem fortemente sobre a situação educacional brasileira.

Sabe-se que o Banco Mundial exerce forte poder sobre todo planeta, em especial na concessão de empréstimos a países desfavorecidos. Com a justificativa de prestar assistência e auxiliar na reconstrução das nações, o banco tece diagnósticos de problemas, propõe soluções, aponta diretrizes para as políticas públicas e efetua empréstimos aos países “necessitados”. Dessa forma, o Banco Mundial financia, monitora e controla as ações exercidas pelos Estados. Apesar de pautar-se na ideologia do “Consenso de Washington”, o banco trabalha segundo critérios estritamente bancários.

A atuação do Banco Mundial ganha significação quando se avalia as configurações do atual panorama educacional brasileiro, já que os apontamentos do banco se materializam nas instituições educacionais.

Desde o seu surgimento, a mais de cinco décadas, o Banco Mundial tem como bandeira a luta contra a pobreza e o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos; entretanto, o que se percebe são os óbvios fracassos da instituição,

dado o panorama econômico, social e político dos países da América Latina, notadamente, o Brasil.

Dentre os objetivos do Banco Mundial, encontra-se o “auxílio” aos países periféricos, esta instituição econômica detém grande influência na política macroeconômica brasileira, em especial, na educação. O campo da educação constitui-se em uma das grandes prioridades do Banco Mundial. Essa compreensão se faz melhor a partir de uma análise histórica.

A entrada de McNamara, em 1968, na presidência do Banco Mundial desloca as preocupações do binômio pobreza-segurança para o centro das discussões. É neste contexto, que a atuação sobre a educação passa a ser efetiva e direta. (LEHER, 1999).

Os primeiros financiamentos do Banco Mundial à educação no Brasil foram realizados no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 e eram destinados ao ensino técnico e profissional. Estes financiamentos concedidos na linha do ensino vocacional, justificavam-se pelo interesse no crescimento industrial intensivo, preocupação vivenciado neste período histórico (FONSECA, 1998).

Com a virada neoliberal, a partir dos anos de 1990, observa-se a redução do estado brasileiro no financiamento da educação a fim de cumprir as estratégias de ação definidas pelo Banco Mundial. Dessa forma, as prioridades são a construção de bibliotecas, material didático e livros, em detrimento de fatores humanos como formação docente, experiência e salário do professor.

Segundo Altmann (2002), a política de crédito concedida à educação é parte dos projetos econômicos que integram a dívida externa do país. Embora a política de crédito seja chamada de “cooperação” ou “assistência técnica”, o que ocorre de fato são empréstimos convencionais, com pesados encargos e rígidas regras financeiras e políticas inerentes ao processo de financiamento comercial. Ademais, para o Banco Mundial, a educação é uma medida compensatória utilizada para a contenção demográfica e aumento da produtividade das populações carentes, sendo assim, um caminho para o alívio de tensões no campo social.

[...] a promoção de oportunidades mediante o acesso a bens e ao mercado aumenta a independência dos pobres e lhes dá voz, fortalecendo seu poder de barganha em relação ao Estado e à

sociedade. Além disso, aumenta a segurança, já que um estoque adequado de bens é uma proteção contra choques adversos. [...] As políticas e instituições essenciais para a criação de mais oportunidades envolvem ações complementares destinadas a estimular o crescimento geral, fazer com que os mercados beneficiem os pobres e aumentar seus bens, inclusive eliminando desigualdades arraigadas na distribuição de serviços como a educação. (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 8)

Na atualidade, verificam-se as ações do banco voltadas para a educação superior. Esse fato se deve ao crescimento da violência, vinculada à diminuição do poder de compra, isto é, a pobreza pode acarretar prejuízos ao mercado. As universidades públicas, em contrapartida, ficam em segundo plano no que diz respeito às políticas educacionais, enquanto as universidades privadas, bem como a privatização das públicas, ganham destaque neste contexto.

O Ministério da Educação Brasileira (MEC), ademais, percebe com bons olhos a entrada de capitais estrangeiros nas instituições de ensino superior, fato que deveria ser vedado por lei. Uma das implicações da internacionalização da educação é o perigo da produção de conhecimento acrítico e a perda de sua função social (LEHER, 1999).

Mais do que assistir o setor educacional brasileiro, por meio de cooperação técnica e financeira, o Banco Mundial, nas últimas décadas, passou a elaborar políticas para a educação. Para esta tarefa, desenvolve estudos e pesquisas - cuja metodologia é duvidosa - que lhe garante grande volume de informações, utilizadas nas negociações com países como o Brasil.

Segundo Leher (2005), uma das orientações do Banco Mundial feitas aos países periféricos é o abandono da perspectiva de universalização da educação como um direito do cidadão e um dever do Estado. Dessa forma, o Estado deve fomentar ações mais rápidas e baratas por meio da sociedade civil.

Observa-se que as diretrizes políticas formuladas têm como finalidade maior o setor social, sendo justificada pelos princípios humanitários de equidade, combate a pobreza e autonomia local.

Como resultado da subordinação da proposta educacional à política de recuperação de custos, a autonomia do setor educacional é desconsiderada. De um lado, deslocam-se os objetivos da educação para uma racionalidade que se localiza fora dela, isto é, que não faz parte das suas finalidades próprias. Assim, a complexidade do desafio social brasileiro fica reduzida ao cumprimento de objetivos que atendem mais ao imperativo econômico do sistema internacional do que à realidade local. A ênfase no aspecto financeiro submete as reformas da área educacional aos critérios gerenciais e de eficiência que tocam mais a periferia do que o centro dos problemas, isto é, incidem mais sobre a quantificação dos insumos escolares do que sobre os fatores humanos que garantem a qualidade da educação (FONSECA, 1998, p. 64).

Não é novidade que o Brasil encontra-se subordinado às influências de organismos internacionais, como o Banco Mundial, quer por imposições políticas, quer pela dependência de recursos externos. Ora, se isso é fato, o panorama educacional encontra-se à mercê dos projetos do Banco Mundial e amarga as conseqüências técnicas, políticas e financeiras. Faz-se importante ressaltar que os esforços do Banco Mundial não acarretaram mudanças qualitativas no cenário educacional brasileiro.

A fim de combater o risco da proliferação da doutrina marxista no sistema educacional e manter o sistema capitalista, Colby e Dennett destacam que “[...] na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semi-educados. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais” (apud LEHER, 1999, p. 20).

Na atual lógica do sistema econômico, o capitalismo “intelectual” ganha destaque, uma vez que o principal capital é o intelectual. Ao se converter no fator de produção mais importante, o conhecimento passa a ser assunto de empresários e não de educadores.

Nesta versão renovada da teoria do capital humano, o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, tampouco é pensado a partir do mesmo: “é a empresa que deve tratar de adquirir todo o capital humano que possa aproveitar”. A empresa precisa “utilizar de maneira eficiente o cérebro de seus funcionários” que, por isso, devem ser depositários de conhecimento útil para o capital. (LEHER, 1999, p. 25).

É na relação entre conhecimento e capital que o Banco Mundial se impõe, determinando as diretrizes ao sistema educacional, em especial no contexto brasileiro. Essas determinações se fazem necessárias a fim de manter o sistema capitalista e a exploração do trabalho humano. Os argumentos utilizados pelo banco se justificam no desenvolvimento de estratégias para o alívio da pobreza e promoção de níveis de vida mais humanos.

Os direcionamentos do Banco Mundial convergem no sentido de fomentar o acesso a bens pelos pobres, dessa forma, o poder de compra é condição fundamental para a eliminação das desigualdades. Entretanto, a educação que se pretende fazer para que a pobreza seja arraigada é a educação para o mercado de trabalho, onde a instrumentalidade é a garantia de emprego. O objetivo é formar indivíduos alienados, que trabalhem para o bem do capital.

A educação formal é geralmente considerada como um passaporte para o setor moderno e, em cada nível, o ensino prepara os alunos para o nível seguinte, de sorte que muitos alunos são supereducados para os empregos disponíveis. (...) Sugeriu-se, num estudo recente, que os jovens deveriam escolher modalidades de educação que se dirijam ao mercado e não às aspirações pouco realistas e as carreiras mais brilhantes. Para aumentar a chance de conseguir um emprego assalariado, os estudantes permanecem na escola o maior tempo possível e algumas vezes mais tempo do que o que seria exigido pelos empregos disponíveis. Em razão do custo pouco elevado da educação e da estrutura familiar numerosa, esta se esforça para prover educação para a maioria dos filhos, quando na verdade deveria ficar satisfeita se apenas um dos filhos conseguisse emprego. Cria-se, assim, uma 'síndrome de qualificações' que reforça a tendência natural de conceber todo sistema educacional como uma seqüência de níveis de ensino, onde cada um prepara para o seguinte. (BIRD apud FONSECA, 1998, p. 47).

A educação para o trabalho impede o desenvolvimento e emancipação do homem, assim cresce o perigo da perda de capacidade de contestação ao sistema capitalista. O direcionamento se faz no sentido da educação para a pobreza, no barateamento dos custos da educação e na lógica do mercado de trabalho.

Espera-se que os critérios de produtividade e formação de hábitos sejam preponderantes sobre quaisquer outros valores, ressaltando o enfoque da formação de mão-de-obra.

Percebe-se, assim, uma alteração do lugar e papel da educação frente às mudanças políticas, sociais e econômicas na agenda educacional brasileira. As estratégias observadas, na atualidade, estão caracterizadas mais como um alívio para os momentos de crise do que um caminho para a inclusão social e emancipação, desenvolvimento e autonomia do ser humano. Os objetivos da educação são deslocados para a racionalidade - a lógica capitalista - que se encontram fora dela. As finalidades da educação são postas à margem e ganha centralidade a manutenção de um sistema que beneficia uma minoria e traz conseqüências sociais drásticas para a maior parcela da população brasileira. É certo, então, afirmar que este modelo está por um lado, comprometendo os poderes e direitos democráticos da população e por outro, submetendo atividade universitária e a formação acadêmica à lógica do mercado.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. Educação e Pesquisa, 2002, vol. 28, n. 1, p 77-89.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-37.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: luta contra a pobreza**. Washington, 2001.

CARDELLI, Jorge et al. **Educação para o século XXI**. São Paulo: Instituto Polis, 2003. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, v. 5).

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O estado e a assistência social. In: **Anais do Seminário: Assistência Social Hoje: Verso e Reverso: 1991**. Cress/Ceará. p. 100 a 144

CHAUÍ, Marilena. **Conferência de Abertura da ANPEd**. A universidade pública sob nova perspectiva, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estado neoliberal brasileiro. In: **Anais do Seminário sobre Políticas Sociais e “Modernidade: crise e perspectivas”**. Fortaleza, Ceará, 1992. p. 113-176.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, 1998, vol.24, n. 1, p 37-69.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1998.

LEHER, Roberto. Feições da mercantilização da educação e neocolonialismo. In: Revista Outubro. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, 2005, p. 1-7. Disponível em <<http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

_____. Um novo senhor da educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. In: **Revista Outubro**. Revista do Instituto de Estudos Socialistas, 1999, p. 19-30.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a crise dos paradigmas na pós-modernidade. In: **Debates Sociais**. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS. Rio de Janeiro: 2004. n. 63/64. p. 125-142.

OLIVEIRA, Angélica Araújo et al. Reconceituação e educação: o Serviço Social como prática educativa de intervenção. In: **Anais do I Congresso de Serviço Social da UNESP/Franca**. CD-ROM. 2007.

PALMA, Diego. O que significa fazer política. In: **A prática política dos profissionais: o caso do serviço social**. São Paulo: Cortez Editora /Celats, 1986. p. 77-113.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Política Educacional e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Livros do tatu: Cortez, 1991.

_____. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

TEIXEIRA, Francisco José Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo? Cortez, 1996.

WORSLEY, Peter. O conceito de populismo. TABAK, Fanny. (org). In: **Ideologias e populismo**. Livraria Eldorado Tijuca Ltda., 1973. p. 23-67.